



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NO BRASIL E A PROPOSTA CURRICULAR DO MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO PARA A EJA**

**ROSANGELA BRASILEIRO**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2013**

**ROSANGELA BRASILEIRO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NO BRASIL E A PROPOSTA CURRICULAR DO MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO PARA A EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial  
para a obtenção do título de  
especialista em Formação de  
Professores da Educação Básica.

Orientadora: **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2013**

S237p

Santos, Rosangela Maria Brasileiro Costa dos.

da

Políticas públicas na área de educação de jovens e adultos no Brasil e a proposta curricular do Ministério

Educação para a EJA [manuscrito] / Rosangela Maria Brasileiro Costa dos Santos, 2012.

37 f.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação: Formação do Educador) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Valdecy Margarida da Silva, Departamento de educação”.

1. Educação de Jovens e Adultos – EJA 2. Educação 3. Políticas Públicas I. Título.

21. ed. CDD 374

ROSANGELA BRASILEIRO

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NO BRASIL E A PROPOSTA CURRICULAR DO MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO PARA A EJA

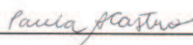
Aprovada em 27 de junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA



---

Profª Drª Valdecy Margarida da Silva – UEPB  
Orientadora



---

Profª Drª Paula Almeida de Castro – UEPB  
Examinadora



---

Profª Drª Roziane Marinho Ribeiro – UFCG  
Examinadora

Dedico esta produção primeiramente a “Deus”, que é o nosso ser supremo.

Ao meu companheiro de todas as horas, Marcos, grande incentivador.

Aos meus filhos, Luiz André e Tiago, que sempre torceram para que eu vencesse mais essa etapa na minha vida.

A minha orientadora, Profa. Dra. Valdecy Margarida, que desde o nosso primeiro contato já foi acreditando em mim e me incentivou para a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu diretor, Ionaldo Patrício, e todas as minhas companheiras de trabalho que estão sempre ao meu lado dando força e estímulo para superar os obstáculos surgidos.

*A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.*

*Paulo Freire*

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos vem sendo vivenciada por alunos e educadores em meio a muitos desafios. Tais desafios são vivenciados em nossa prática pedagógica em turmas de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB. Procurar entender o contexto da Educação de Jovens e Adultos nos levou a perceber a necessidade de discuti-la sob a perspectiva elementar inerente ao contexto da sociedade: a identificação e análise das políticas públicas que vem sendo criadas com o propósito de atender as necessidades deste setor. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através do levantamento de elementos históricos que, no decorrer da história, favoreceram para compor o cenário do que hoje chamamos de EJA. A Educação de Jovens e Adultos, que começou com os Jesuítas na época do Brasil colônia, somente na década de 1940, começou a se constituir como política educacional. De acordo com o art. 208 da Constituição Federal, o ensino público será obrigatório e gratuito inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), em relação à Educação de Jovens e Adultos, nos artigos 37 e 38 estão relacionados: “oportunidades educacionais apropriadas”, segundo as características do alunado; estímulo comum a maior parte, pelo Poder Público, a ações que mantenham o trabalhador na escola; exames (supletivos medições de conhecimentos e habilidades informais). As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangem os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das organizações da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da LDBEN 9394/96. A presente pesquisa nos fez concluir que as características principais das ações do governo em relação à Educação de Jovens e Adultos no século XX foram de políticas assistencialistas, populistas e compensatórias.

**Palavras chaves:** Educação de Jovens e Adultos. Analfabetismo. Ações Governamentais.



## **ABSTRACT**

The Brazilian Education of Youth and Adults is being experienced by students and educators among many challenges, a fact that served as motivation for this research, in order to search for the reality experienced in the past that has its consequences today. Trying to understand the context of Education for Youths and Adults we realized the necessity to discuss it from the elementary perspective inherent in the context of society: the identification and review of public policy that has been created in order to solve this sector's problems. For this purpose, a literature search was conducted through survey of historical elements that, during the history, favored for composing the now called EJA situation. The Youth and Adult Education that began with the Jesuits at the time of colonial Brazil, only in the 1940s, began to constitute itself as an educational policy. According to art. 208 of the Federal Constitution, public education is free and compulsory even for those who have not had access to it at the proper age. In the Law of Directives and Bases of National Education (Law 9.394/96) about Youth and Adults, in Articles 37 and 38 are related: "appropriate educational opportunities," according to the characteristics of the students; incentive for the majority, by the Government, to actions that maintain the worker in school; exams (suppletives measurement of the knowledge and informal skills). National Curriculum Guidelines cover the formative processes of Youth and Adult organizations as one of the steps of Basic Education in primary and secondary education, according to LDBEN 9394/96's terms. The main features of the government's actions in relation to the Education of Youth and Adults in the twentieth century were of welfare policies, populist and allowances.

**Keywords:** Youth and Adult Education, Illiteracy, Governmental Actions

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL</b> .....	12
1.1 Panorama histórico: entre avanços e retrocessos.....	12
1.2. Políticas Públicas implantadas na área de EJA .....	13
<b>2. COMBATE AO ANALFABETISMO EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b> .....	18
2.1 O analfabetismo no Brasil: a exclusão da exclusão .....	18
<b>3. UMA ANÁLISE SOBRE O CONTEXTO PESQUISADO: A PROPOSTA CURRICULAR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A EJA</b> .....	27
3.1 O público dos programas de educação de jovens e adultos .....	30
3.2 A dimensão econômica .....	31
3.3. A dimensão política .....	32
3.4 A dimensão cultural .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa por abranger algumas dimensões que excede a questão educacional. A visão do analfabeto como um indivíduo alienado, incapaz, ignorante, à margem das decisões da sociedade e do poder que foi formada ao longo da nossa história, permanece influenciando a maneira pela qual os poderes públicos tratam a questão da educação de jovens e adultos, sua inclusão na sociedade e inserção no mundo do trabalho. São várias investidas em campanhas e programas sem êxito pelo seu caráter emergencial, e na maioria das vezes assistencialista. Até uns anos atrás, essa educação limitava-se à alfabetização como um processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Hoje, um novo pensar sobre a educação de jovens e adultos traz para o recinto escolar questões relacionadas ao processo histórico do aluno. Existem vários motivos que levam esses adultos a estudar, como avanço da tecnologia, exigências econômicas e competitividade do mercado de trabalho. Destacamos também, outras motivações que levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de seus direitos, a sensação da capacidade e dignidade que traz auto estima e vencer as barreiras da exclusão.

Dessa forma, quando tomamos um assunto como objeto de uma pesquisa, precisamos levar em consideração a sua relevância para a construção do conhecimento. Em conformidade com isto, analisando a realidade da educação brasileira vemos números desastrosos e preocupantes. Dados do IBGE, nos dão uma ideia do tratamento dado a educação de jovens e adultos no Brasil. Atualmente a situação do Brasil tem mostrado que ainda não conseguiu assegurar, na prática, a educação à todas as pessoas, como garante a constituição. Milhões de pessoas que vivem neste imenso país, não foram atingidas por um dos direitos básicos de toda pessoa que é a educação. Mas porque existem tantas pessoas que foram excluídas do processo de alfabetização? Quais as causas para o analfabetismo funcional? As respostas para essas e outras perguntas podemos de certa forma encontrar olhando para

o passado. A História é necessária para que possamos viver o presente e olhar para o futuro. Para isso, faremos uma pesquisa bibliográfica que nos ajudará a compreender o processo histórico da educação de jovens e adultos e como tratamos com essa herança histórica na atualidade. Podemos adiantar que no decorrer da história, a educação do Brasil, de forma geral, foi tratada de forma incoerente pelas autoridades políticas do país. A educação brasileira foi sempre colocada em segundo plano ao crescimento econômico e interesses das classes dominantes. Ainda não demos nos dias atuais, a devida atenção à educação, basta olharmos para o ensino público brasileiro que encontraremos escolas sucateadas e superlotadas, corpo docente mal remunerado, investimento mínimo numa educação que se quer qualidade e assim por diante.

Para o desenvolvimento deste trabalho nos organizamos da seguinte forma. A priori, delimitaremos os espaços históricos que queremos enfatizar. Basicamente um breve histórico da educação de jovens e adultos a partir da década de 30. Num primeiro momento trabalharemos as Políticas Públicas na área de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Pretendemos apresentar as campanhas e movimentos na tentativa de erradicar o analfabetismo, como também o surgimento de nosso grande pedagogo brasileiro. Paulo Freire e sua teoria e prática que revolucionou o ensino brasileiro nesse período. Num segundo ponto trataremos do Combate ao Analfabetismo em programas de Educação de Jovens e Adultos, tratando do Analfabetismo funcional no Brasil. Num terceiro ponto, faremos uma Análise sobre o contexto pesquisado: a Proposta Curricular do Ministério da Educação para a EJA. Analisaremos a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Proposta Curricular do Ministério da Educação para a EJA, enfatizando também o público dos programas de educação de jovens e adultos e suas dimensões econômicas, política e cultural.

A educação possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, com vistas a um nível técnico e profissional mais qualificado.

# 1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

## 1.1 Panorama histórico: entre avanços e retrocessos

A educação de jovens e adultos entrou para a história da educação no Brasil na década de 30, quando iniciou um sistema público de educação no país, época em que os brasileiros estavam passando por várias transformações entre elas: o processo da industrialização, o aumento da população em centros urbanos e o ensino básico gratuito que era oferecido aos diversos setores sociais. Na época da colonização do Brasil, as escolas eram elitizadas, ou seja, pertenciam às classes média e alta e as crianças tinham acompanhamento escolar na infância, não havendo necessidade de uma alfabetização para jovens e adultos. As classes menos favorecidas não tinham acesso a instrução escolar.

A história da educação de jovens e adultos no Brasil no período colonial se deu de forma assistemática. No fim do Império, 82% da população com mais de cinco anos de idade era analfabeta. No entanto, as preocupações liberais expressas na legislação desse período acabaram por não se consolidar. Nas palavras de Celso Beisiegel (1974):

[...] no Brasil, na colônia e mesmo depois, nas primeiras fases do Império [...] é a posse da propriedade que determina as limitações de aplicação das doutrinas liberais: e são os interesses radicados na propriedade dos meios de produção colonial [...] que estabelecem os conteúdos específicos dessas doutrinas no país. O que há realmente peculiar no liberalismo no Brasil, durante este período, e nestas circunstâncias, é mesmo a estreiteza das faixas de população abrangidas nos benefícios consubstanciados nas formulações universais em que os interesses dominantes se exprimem (BEISIEGEL, 1974, p. 43).

Com a criação da constituição de 1934, o ensino profissionalizante foi beneficiado com a capacitação dos jovens e adultos para o trabalho nas indústrias. Um dos precursores da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire, educador pernambucano que nasceu em 1921 e morreu em 1997. Durante a ditadura, foi exilado e passou 16 anos fora do Brasil morando no Chile, Estados Unidos e Suíça. Tornou-se conhecido e respeitado em todo o

mundo por suas idéias expostas em livros, como: “Educação como Prática da Liberdade”, “Pedagogia do Oprimido”, dentre outros. Inspirou trabalhos de educação relacionados às classes populares de todos os cantos do mundo.

No Brasil, suas ideias estão presentes principalmente na educação de jovens e adultos. Dedicou toda sua vida ao sonho de ajudar a construir uma sociedade justa e democrática em que homens e mulheres não fossem mais vítimas da opressão e da exclusão (BRASIL, 2006). Freire (op. cit.) lutou para acabar com o ensino elitista. Seu objetivo era que a educação fosse democrática e libertadora, partindo da realidade e vivência dos educandos. Segundo Aranha (1996):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo-se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detém seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra. (ARANHA, 1996, p.209).

## **1.2 Políticas públicas implantadas na área de EJA**

A década de 40 foi marcada pela primeira campanha de Educação de adultos, pelo governo, com o objetivo de alfabetizar um grande número de pessoas em três meses. Na ocasião, surgiram muitas críticas e elogios por parte dos educadores, políticos e sociedade em geral a esta campanha da EJA. Nessa época, o analfabetismo era visto pelo governo como um mal que devia ser erradicado em nome do desenvolvimento nacional. O analfabeto era visto como um sujeito marginalizado, considerado incapaz de agir pelo bem comum.

Em 1945, com o final da ditadura de Vargas e da Segunda Guerra Mundial, a ONU - Organização das Nações Unidas, orientava para que

houvesse uma maior integração entre os povos visando a paz e a democracia. Com essa contribuição, a educação de adultos ganhou destaque e conseqüentemente, surgia a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo integrando as massas populacionais de imigração como também tornar a produção mais sofisticada.

No final da década de 40 e início dos anos 50, havia uma necessidade de promover a educação do povo para acompanhar o desenvolvimento que se instalava no país, era preciso formar a mão de obra necessária para atender ao crescimento das indústrias.

Em um período muito curto de tempo várias escolas supletivas foram criadas juntamente com os esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. Na década de 50, a ação comunitária nas zonas rurais não obteve o sucesso esperado sendo, portanto, extinta no final da década, permanecendo a rede do ensino supletivo, assumida pelos estados e municípios.

Paiva (1973) ressalta que desde o final da década de 50 até meados de 60 viveu-se no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos e da alfabetização. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos constituiu-se um marco histórico para a área. Paulo Freire, mesmo não tendo ainda um envolvimento maior com o analfabetismo entre adultos, apresenta e defende, liderando um grupo de educadores pernambucanos, o relatório intitulado: A Educação de Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos. Defendia e propunha uma educação de adultos que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política.

Em 1947, foi lançada uma campanha de educação de adultos no intuito de refletir e debater o analfabetismo no Brasil. Nesse período, o analfabetismo era visto como causa e não efeito da situação social, econômica e cultural do país. O adulto analfabeto era visto como incapaz e marginal, identificado psicológica e socialmente com a criança. Para atender as populações que viviam no meio rural foi criada, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Em 1958, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos na cidade Rio de Janeiro, onde se deu início a discussão sobre o método

pedagógico que estava surgindo e sendo utilizado na educação de jovens e adultos. Foi nessa época que o educador e filósofo Paulo Freire ficou conhecido como um dos maiores pedagogos do país. Uma grande movimentação social em relação a educação de adultos foi marcado no final da década de 50 e início da década de 60. Eis alguns dos movimentos criados: “Movimento de Educação de Base” (1961-CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura(UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Esses programas, através da influência da pedagogia freiriana, identificavam o analfabetismo “não como a causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não-igualitária” (STEPHANOU; BASTOS, 2005). Os objetivos desses movimentos eram reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, tornando assim, pessoas não alfabetizadas mais produtivas no conhecimento.

No início da década de 60, começou uma grande transformação na educação de adultos, época em que o educador Paulo Freire propôs uma reformulação pedagógica do ensino de adultos. Ele sugeriu aos educadores que procurassem compreender a realidade dos alunos partindo do universo cultural de cada um para adequarem o estudo da escrita e da leitura à problematização dessa realidade. Essa forma de ensinar, mais interativa e responsável, ficou conhecida como educação popular. Com o golpe militar, o trabalho de freire foi visto como ameaça ao regime, o governo passa a manter o controle da EJA, ficando em seu lugar o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1967 , na tentativa de erradicar o analfabetismo e tinha como foco leitura e escrita, uma metodologia semelhante a de Paulo Freire com codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, as fichas no entanto, não utilizavam o diálogo e não se preocupava com a formação crítica dos educandos, como a proposta de Paulo Freire.

O Projeto MOBREAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura. Esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos programas (BELO, 1993).



Desta maneira, foram recrutadas pessoas que sabiam ler e escrever para ensinar a quem não sabia. Essas pessoas, muitas vezes, só tinham este conhecimento. Na maioria das vezes não tinha nenhum grau de escolaridade. Na década de 70, o Mobral abrangeu-se por todo o território nacional, com atuações diversas. Das iniciativas do Programa de Alfabetização, a mais importante foi o PEI - Programa de Educação Integrada, que correspondia ao antigo curso primário. Com este programa, abria-se a possibilidade de continuidade de estudos para os recém alfabetizados, assim como para os analfabetos funcionais, pessoas que dominavam pouco a leitura e a escrita. Na década de 80, pequenas experiências foram sendo ampliadas, construindo canais de troca de experiência, reflexão e articulação. Projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós alfabetização, onde o trabalho avançava com a língua escrita além das operações matemáticas básicas.

Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985, surgindo, desta forma, a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto às prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque para os movimentos sociais e populares. Entre os movimentos surgidos no início da década de 90, destacamos o Movimento de Alfabetização (MOVA), que trabalhava a alfabetização a partir do contexto sócio-econômico das pessoas alfabetizadas, tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem. Somente em 1996 o governo federal promove mais um programa nacional de alfabetização. No entanto, com o Programa Alfabetização Solidária (PAS), parecia que as campanhas das décadas de 40 e 50, estavam sendo repetidas. Além disso, com a permanente campanha 'Adote um Analfabeto', o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272).

Em 1998 surge o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), com a finalidade de atender às populações situadas nas áreas de assentamento. Este programa estava vinculado ao Incra, universidades e movimentos sociais. No contexto educacional, a legislação que, pela primeira vez, faz referência à EJA é a Lei 5692/71, em capítulo

próprio sobre o Ensino Supletivo. Esta modalidade de ensino foi regulamentada tendo as seguintes funções básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos (SOARES, 2001, p.206).

As políticas educacionais mais expressivas relacionadas à EJA têm seu início com a Constituição Federal de 1988, pois é ela que garante, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que: O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escola. Lembrar também, que na emenda constitucional N° 14/96 fica estabelecido que a União deverá investir nunca menos que trinta por cento do *caput* do artigo 212 para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Desta forma, a nova constituição de 1988 prevê que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.30. De acordo com a LDB, artigo 31, é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos. Com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB N° 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos.

## **2 O COMBATE AO ANALFABETISMO EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **2.1 O analfabetismo funcional no Brasil: a exclusão da exclusão**

O analfabetismo funcional, um conceito usado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a partir de 1978, refere-se ao nível de analfabetismo de pessoas que não tem o domínio da leitura e da escrita. O fim do analfabetismo funcional só terá êxito com a ampliação do direito à educação, vinculada a políticas públicas integrando, a formação dos docentes para a compreensão da educação como instrumento de inclusão para o sujeito e para a sociedade, até a criação de políticas sociais e reformas estruturais que diminuam o *abismo* entre os grupos sociais no Brasil.

A UNESCO define analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras, colocar ideias no papel por meio da escrita, nem fazer operações matemáticas mais elaboradas. (INAF – Indicador de Analfabetismo Funcional, 2005).

No Brasil, pessoas com mais de 20 anos e que não completaram quatro anos de estudo formal, estão dentro do índice de analfabetismo funcional. O conceito, porém, varia de acordo com o país. Na Polônia e no Canadá, por exemplo, é considerada analfabeta funcional a pessoa que possui menos de 8 anos de escolaridade.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, mais de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo que mais de 1/3 dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso e às novas tecnologias que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a adaptar-se às mudanças sociais e culturais.

Baseado nesta declaração, o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados e que está em desenvolvimento. No Brasil, 75% das pessoas entre 15 e 64 anos não sabem ler, escrever e calcular plenamente. Esse número inclui os 68% considerados analfabetos funcionais e os 7% considerados analfabetos absolutos, sem nenhuma habilidade de leitura ou escrita. Apenas 1 entre 4 brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo.

De que forma resolver essa situação? Como diminuir esses números alarmantes? Não há dúvida que a educação é o caminho. Alfabetizar melhor e com mais qualidade nossas crianças. Eis a questão: qualidade e não quantidade. Infelizmente, hoje percebemos que a opção que o Brasil escolheu a qualquer custo pela quantidade resultou em um número grande de analfabetos funcionais que adquirem um diploma sem as habilidades/capacidades esperadas para o nível em que são diplomados. O que percebemos é um país despreocupado em alfabetizar com qualidade. O fato de ampliar o Ensino Fundamental para 9 anos, como propôs a Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001, não significa que irá melhorar a qualidade do ensino. A intenção da Lei é oferecer maior oportunidade de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar que, iniciando mais cedo no sistema de ensino, as crianças avancem nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade. A questão aqui colocada é de que o aluno permanecer mais tempo na escola, ou seja, aumentando o horário escolar, por si só, não garante que ele adquira uma melhor aprendizagem, garantindo a resolução do problema. Sem que haja a compreensão das identidades dos sujeitos oriundos das culturas orais e um constante incentivo à leitura, desenvolver atividades que trabalhem com inteligência, raciocínio lógico e capacidade de relacionar temas diferentes, nenhuma ação governamental trará contribuições para a superação desse desafio.

A formação dos professores é outro aspecto a ser discutido e talvez seja um dos mais importantes nessa trajetória. É necessária uma discussão maior sobre a qualidade dos cursos de formações dos docentes, remuneração adequada e melhores condições de trabalho são indispensáveis para a melhoria na qualidade da educação e poderá reverter esse quadro educacional brasileiro tão constrangedor, do ponto de vista ético e moral.

É comum no nosso dia a dia nos depararmos com pessoas consideradas alfabetizadas, não são capazes de ler, compreender e até mesmo escrever pequenas mensagens, tais como um bilhete, uma carta, um aviso ou um anúncio de jornal. Essas pessoas não são bem vistas perante a sociedade.

Diante dessa realidade, concluímos que continuar alfabetizando pessoas sem que haja uma compreensão nítida dos fatos, não conseguiremos atingir uma escola de qualidade pois não é só aprender a ler e escrever para que eles possam desenvolver e superar seus problemas e sim compreender e ter uma visão crítica do que está se passando para chegar no seu objetivo final. Com isto, percebemos que o sistema educacional brasileiro não está conseguindo alfabetizar o seu cidadão adequadamente.

De acordo com o INAF (Instituto Nacional de Alfabetismo Funcional)<sup>1</sup>, além dos considerados analfabetos, podemos classificar o nível de alfabetismo em três níveis distintos de alfabetização funcional: rudimentar, básica e plena, que são medidas através das habilidades que uma pessoa possui em matemática e leitura/escrita, o que, de fato nos interessa. O quadro que segue relaciona os níveis de alfabetismo com as respectivas habilidades/capacidades:

---

<sup>1</sup> Criado em 2001, o INAF pesquisa a capacidade de leitura, escrita e cálculo da população brasileira adulta. Entre 2001 e 2005, o INAF foi divulgado anualmente, alternando as habilidades pesquisadas. Assim, em 2001, 2003 e 2005 foram medidas as habilidades de leitura e escrita (letramento) e em 2002 e 2004, as habilidades matemáticas (numeramento). A partir de 2007, a pesquisa passou a ser bienal, trazendo simultaneamente as habilidades de letramento e numeramento e mantendo a análise da evolução dos índices a cada dois anos.

**Quadro I:** Níveis de alfabetismo funcional – INAF - 2006<sup>2</sup>

<b>Nível</b>	<b>Condições/capacidades/habilidades</b>
Analfabeto	Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.);
Nível Rudimentar	Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica;
Nível Básico	As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações
Nível Pleno	Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: lêem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à

<sup>2</sup> Em 2006 o INAF adotou a Teoria da Resposta ao Item (TRI) como metodologia estatística, que propõe modelos teóricos que representam o comportamento das respostas atribuídas a cada uma das questões como uma função da habilidade do indivíduo. Ou seja, cada questão do teste tem seu grau de dificuldade definido a priori e a pontuação (proficiência ou escore) de cada indivíduo respondente varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foi capaz de responder corretamente.

	matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.
--	--

A leitura como meio de informação e aprendizagem só pode ser utilizado por uma pessoa com autonomia, quando ela atinge o nível satisfatório; com isto, torna-se uma pessoa independente dentro da sociedade capaz de questionar, reivindicar, argumentar e adquirir informações sobre determinado assunto.

De acordo com informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2004), a Paraíba é o terceiro estado do Brasil com maior número de analfabetos funcionais. O percentual chega a 40,3% de pessoas com quinze anos ou mais, que mesmo tendo frequentado os bancos escolares e saberem ler ou escrever o próprio nome, apresentam severas limitações de entendimento e interpretação de textos. O índice de analfabetismo (25,3%) acima da média nacional (11,4%) influencia diretamente no desenvolvimento do Estado e apresenta consequências graves como é o caso da baixa qualificação profissional dos que são vítimas desse mal. São muitos os fatores que contribuem para que ocorram esse fato: o baixo desempenho escolar (principalmente na escola pública); salário baixo e a desvalorização dos professores, tornando esses profissionais desmotivados; a aprovação automática e outros aspectos

Como vimos até aqui, o conceito de analfabetismo funcional foi inicialmente difundido especialmente por instituições internacionais e amplamente utilizado no desenho de programas governamentais de educação de adultos, com o objetivo de salientar os benefícios sociais e econômicos desse tipo de investimento educativo. Ainda, os baixos resultados das sucessivas campanhas de alfabetização de adultos realizadas em países pobres nas décadas de 1960 e 1970 e o avanço nos estudos acadêmicos sobre os impactos psicossociais do letramento trouxeram uma série de dúvidas sobre essa visão otimista, e até reducionista; que associa mecanicamente a alfabetização ao desenvolvimento psicológico ou socioeconômico (RIBEIRO,

1999). Tomando como referência um conceito de letramento mais amplo, concebendo-o como um fenômeno cultural complexo, nos deparamos com uma série de dúvidas sobre a validade de avaliações em larga escala baseadas numa visão unidimensional das competências de leitura e escrita.

É preciso lembrar que:

Os autores que realizam essa crítica o fazem com base em estudos de cunho etnográfico sobre usos de leitura e escrita em contextos práticos, focalizando o campo das relações discursivas, da constituição de relações de opressão e resistência entre grupos dominantes e dominados (KLEIMAN, 2001, p. 26).

Essa perspectiva de letramento, denominada por Street (2001) de *New Studies of Literacy*, põe em xeque os supostos benefícios que programas de alfabetização podem trazer, enfatizando as estratégias que os grupos pouco letrados desenvolvem para enfrentar demandas do seu cotidiano. Tal concepção teórica denuncia o caráter preconceituoso e estigmatizante das práticas escolares tradicionais e dos discursos que pressupõem uma superioridade intrínseca da cultura letrada ao destacar e valorizar ações de enfrentamento das demandas do cotidiano, relativizando, dessa forma, o significado social da posse individual de certas habilidades de tipo escolar.

A capacidade de utilizar a linguagem escrita para informar-se, expressar-se, documentar, planejar e continuar aprendendo ao longo da vida é um dos principais legados da escola.

A toda a sociedade e, em especial, aos educadores e responsáveis pelas políticas educacionais, interessa saber em que medida os sistemas escolares vêm respondendo às exigências sociais em relação ao letramento; e, além da escolarização, que condições são necessárias para que todos os jovens e adultos tenham oportunidades de continuar a se desenvolver pessoal e profissionalmente. (RIBEIRO, 2002, p 43).

No Brasil, nossa sociedade é formada por diversos etnias e culturas, por isso, quando o assunto é o baixo desempenho dos jovens e adultos dentro da escola, é necessário uma análise bastante cuidadosa,; principalmente quando



se trata da apropriação e o uso da língua escrita, e sua relação com uma ideia de letramento vindo de países que tiveram outro tipo de desenvolvimento.

No entanto, não devemos esquecer que a mistura das três raças: índios, brancos e negros, formaram a sociedade brasileira mas o modelo de escola adotado era totalmente europeu, trazido principalmente pelos jesuítas. Esse modelo de escola que construímos uma escola nos moldes europeus ignora, estruturalmente, a diversidade cultural dos brasileiros e também desconhece suas práticas sociais, culturais e políticas, entendendo a cultura e a linguagem popular como uma produção estranha e inaceitável.

Talvez, por se encontrar excluído e desautorizado, esse povo possui nas marcas da oralidade uma importante contribuição a dar, apesar de a cultura científica não devotar a isso o menor valor. Sobre a oralidade, vale a pena ouvir Gnerre (1991), quando afirma que, de modo geral, as culturas orais têm grande desconfiança em relação à escrita, já que esta não é concreta como a comunicação face a face, que é verbal e gestual.

Esse modo de considerar a escrita nos remete à pesquisa de Harvey J. Graff (1994), professor da University of Texas, que interpreta a história da alfabetização nas culturas e sociedades ocidentais, cobrindo cinco milênios da invenção da escrita até os dias de hoje. Seu objetivo é contestar o que ele chama de "mito da alfabetização", isto é, a crença de que a alfabetização leva à mobilidade social, sobrepõe-se à pobreza e traz progresso individual e coletivo.

A pesquisa de Graff (op. cit.) não fornece suporte à suposição de que a alfabetização, unicamente e por suas próprias qualidades, leva ao desenvolvimento econômico. Pelo contrário, tem sugerido que a relação causal entre alfabetização e desenvolvimento econômico deveria ser invertida, ou seja, depois de alcançar certo nível de desenvolvimento é que os sistemas educacionais avançariam, fazendo subir as taxas de alfabetização.

Gnerre (1991) afirma que o mito da alfabetização existe não só em políticas derivadas da UNESCO, mas também nos de países industrializados e em desenvolvimento, onde esta é vista como fundamental para o processo de modernização dos cidadãos. Através da alfabetização, as culturas orais estariam mais disponíveis para processos de industrialização e, desta forma, haveria maior cooperação na expansão do poder do Estado. Elizabeth Novo

(1990), em seus estudos sobre os processos sociais na construção da alfabetização, afirma que a UNESCO tem associado o domínio da escrita às ideologias do desenvolvimento, deixando de fora as dimensões sociais e culturais que estão no centro da questão.

A socióloga Helena Lewin (1990) afirma que as agências internacionais conceituam o analfabetismo numa perspectiva de escassez educacional, ou seja, como insuficiência ou "escassez de escolaridade". Segundo a autora, principalmente em relação à América Latina, é preciso discutir também a exclusão social, a marginalização econômica, o impedimento do analfabeto às várias formas de expressão da cultura erudita e de seu próprio patrimônio cultural. É preciso discutir a dimensão social da pobreza econômica, educativa e cultural. O acesso à escrita dificilmente põe fim a estados de carência, tais como: a "privação" à cultura material e simbólica; "destituição", não-acesso aos meios de sobrevivência física, segurança e integridade social; "desproteção", falta de amparo público e de cidadania; "marginalização", falta de acesso às oportunidades de emprego e renda (LEWIN, 1990).

Gnerre (1991), em seus estudos sobre linguagem, escrita e poder, afirma que existe um consenso de que o valor da escrita é "indiscutivelmente" positivo. Nesta crença, a alfabetização teria, entre outros, o efeito de fazer com que as pessoas que vivem em culturas orais dessem um "importante" passo rumo ao desenvolvimento, abandonando seus antigos valores. Segundo esse autor, nem Paulo Freire, com sua proposta de participação ativa e envolvimento dos alfabetizados na discussão sobre o processo de alfabetização, incluiu um debate aberto com os alfabetizados sobre a natureza e as implicações da escrita e da leitura. Diz ele, "*a capacidade de ler e escrever é considerada intrinsecamente boa e apresenta vantagens óbvias sobre a oralidade*" (GNERRE, 1991, p. 45).

Mesmo sabendo da importância da oralidade na história da humanidade, a população brasileira, de cultura oral, tem sido tratada como "carente", seja de educação escolar ou de outros recursos que lhe foram igualmente negados. O motivo de tanto preconceito pode estar no passado, conforme afirma Novo (1990), ao nos lembrar que a definição clássica de alfabetizado tinha um forte componente moral e "*quem sabe até religioso*". Neste sentido, a alfabetização era a atividade que permitia o acesso à tradição escrita, sendo o alfabetizado

uma pessoa que, por saber ler, *“além de uma boa pessoa, se tornava capaz de fazer bons e razoáveis julgamentos sobre as coisas”* (NOVO, 1990, p. 112).

Esse conceito apresentado serviu para melhorar às concepções do analfabeto que circularam no Brasil até bem pouco tempo, já que ele intrinsecamente, se sentia inferiorizado. O analfabeto era visto como uma pessoa que precisava está em contato com pessoas, que fossem alfabetizado para o enriquecimento da sua experiência pessoal e social. Além disso, alimentando o sentimento de rejeição pela cultura letrada, uma vez que os alunos da EJA não reconhecem a escola como um local de pertencimento e acolhimento.

### **3. UMA ANÁLISE SOBRE O CONTEXTO PESQUISADO:** a Proposta Curricular do Ministério da Educação para a EJA

Em 2001 o MEC lançou a Proposta Curricular para o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos, proposta esta coordenada por Vera Maria Masagão Ribeiro. De acordo com o MEC, este documento constituiu-se em subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidos por organizações governamentais e não-governamentais, adaptados às realidades locais e necessidades específicas. Diante das necessidades apontadas pelo quadro das condições de trabalho dos educadores, este Ministério entende a conquista da autonomia pedagógica como uma meta a ser atingida e, portanto, atua sob a convicção de que o trajeto dessa conquista exige o zelo do esforço coletivo.

Assim, este trabalho representa a possibilidade de colocar à disposição das secretarias estaduais e municipais de educação, e dos professores de educação de jovens e adultos, um importante instrumento de apoio, com a qualidade de referencial que lhe é conferida pelo notório saber de seus autores.

A iniciativa de elaborar esta proposta curricular surgiu no âmbito de Ação Educativa, organização não governamental que atua na área de educação e juventude, combinando atividades de pesquisa, assessoria e informação. Para realizar esse trabalho, Ação Educativa constituiu uma equipe com experiência na educação de jovens e adultos e na formação de educadores. Contou também com o apoio de várias pessoas e instituições que acompanharam o processo de diferentes maneiras.

Concluída em junho de 1995, uma versão preliminar da proposta foi submetida à apreciação de um grupo de onze educadores ligados a diferentes programas de educação de jovens e adultos empreendidos no âmbito da sociedade civil. O grupo reuniu-se para esse fim em seminário realizado por ocasião da III Feira Latino-Americana de Alfabetização, promovida pela Raaab — Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil — em Brasília, no mês de julho de 1995. Esses educadores, ligados a organizações não governamentais e movimentos populares, examinaram a proposta e fizeram críticas e

sugestões a essa primeira versão, tendo alguns elaborado pareceres por escrito.

Durante o segundo semestre de 1995, com o apoio da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, foi possível ampliar o âmbito das consultas, por meio da realização de um novo seminário, dessa vez reunindo educadores ligados a programas governamentais de educação de jovens e adultos, e da solicitação de pareceres de especialistas em educação de adultos e nas áreas curriculares abrangidas pela proposta. O seminário teve lugar em São Paulo, em dezembro de 1995, reunindo dezoito dirigentes e técnicos ligados às secretarias municipais e estaduais de educação de várias regiões do país, além de representante da Secretaria de Educação Fundamental do MEC.

Alguns dos participantes elaboraram também pareceres por escrito, que se somaram aos dezoito que nos foram enviados por especialistas ligados a diversas universidades e centros de pesquisa em educação. Já no primeiro semestre de 1996, quando o MEC manifestou à Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos a intenção de coeditar e distribuir esta proposta curricular, sua versão preliminar foi também enviada a todos os membros dessa comissão, que se comprometeram a apreciá-la.

Com base nos debates gerados nos seminários e pareceres recebidos, iniciou-se o trabalho de revisão da versão preliminar, até se chegar à forma em que a proposta se apresenta nesta edição. Todo esse processo de consulta foi sumamente valioso para a equipe de elaboração, que pôde contar com indicações de alta qualidade para o aperfeiçoamento desta proposta. Muitas das críticas e sugestões recebidas puderam ser incorporadas ao texto que ora apresentamos.

Houve aquelas, entretanto, que não puderam sê-lo, pelo menos não de modo que se respeitasse integralmente a intencionalidade com que foram formuladas, seja porque se afastavam da orientação geral assumida pela equipe, seja porque foi avaliado que sua assimilação estava além da capacidade da equipe no momento.

Assim, o objetivo deste documento lançado pelo MEC é oferecer um subsídio que oriente a elaboração de programas de educação de jovens e adultos e, conseqüentemente, também o provimento de materiais didáticos e a formação de educadores a ela dedicados.

Na reflexão pedagógica sobre essa modalidade educativa, tem especial relevância a consideração de suas dimensões social, ética e política. O ideário da Educação Popular, referência importante na área, destaca o valor educativo do diálogo e da participação, a consideração do educando como sujeito portador de saberes, que devem ser reconhecidos. Educadores de jovens e adultos identificados com esses princípios têm procurado, nos últimos anos, reformular suas práticas pedagógicas, atualizando-as ante novas exigências culturais e novas contribuições das teorias educacionais.

De acordo com a proposta curricular para o primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos do MEC, são objetivos gerais deste segmento que os educandos sejam capazes de: dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem; ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural; incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida; valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas, conhecer direitos e deveres da cidadania; desempenhar de modo consciente e responsável seu papel no cuidado e na educação das crianças, no âmbito da família e da comunidade; conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, respeitar diferenças de gênero, geração, raça e credo, fomentando atitudes de não discriminação; aumentar a autoestima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social; reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade e, finalmente, exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais.

Consideramos que os objetos para este segmento são ousados demais quando colocados em contraposição à prática docente nas salas de aula e aos índices de fracasso nessa modalidade de ensino. O que se observa, ainda, é que os educadores se ressentem de um marco mais global que os ajude a articular as inovações metodológicas e temáticas numa proposta abrangente e coerente. É exatamente um marco global que se quis estabelecer nesta

proposta, esperando que ele encoraje os educadores a implementar programas de educação de jovens e adultos e a trabalhar pela sua qualidade.

A Constituição Federal de 1988 estendeu o direito ao ensino fundamental aos cidadãos de todas as faixas etárias, o que nos estabelece o imperativo de ampliar as oportunidades educacionais para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular. Além da extensão, a qualificação pedagógica de programas de educação de jovens e adultos é uma exigência de justiça social, para que a ampliação das oportunidades educacionais não se reduza a uma ilusão e a escolarização tardia de milhares de cidadãos não se configure como mais uma experiência de fracasso e exclusão.

### **3.1 O público dos programas de educação de jovens e adultos**

Os programas de jovens e adultos no Brasil constitui um público de mais de 35 milhões de pessoas maiores de catorze anos que não completaram quatro anos de escolaridade no primeiro segmento do ensino fundamental. No Censo de 1991, consta 20 milhões de pessoas consideradas analfabetas que dominam tão pouco a leitura e a escrita que não conseguem habilidades essenciais para acessar informações de forma eficiente e autônomas, dimensões caracterizada pelas sociedades contemporâneas. O Brasil é um país de grandes desníveis sociais, uma boa parte da população vive na situação de pobreza com uma política pouco democrática. A escolarização com baixos níveis está predestinando muitas crianças a outras formas de exclusão política e econômica. As dificuldades de manterem as crianças nas escolas são percebidas por famílias de baixa renda que além das escolas que têm acesso são carentes de recursos e nem sempre as condições de aprendizagem são adequadas.

O público que frequenta os programas de educação de jovens e adultos, está cada vez mais resumido. Ao contrário dos adolescentes e jovens que saíram do ensino regular por não terem alcançado êxito. Em levantamento realizado no programa de educação básica de jovens e adultos do município de São Paulo, em 1992, apurou-se que 26% do alunado tinha até dezoito anos de

idade e 36% tinha entre dezenove e vinte e seis anos. Na cidade do Recife, apurou-se que, dos alunos de programas para jovens e adultos das redes municipal e estadual, 48% tinha de treze a dezoito anos de idade e 26%, de dezoito a 24 anos. A presença dos adolescentes tem sido tão marcante que se começa a pensar em programas ou turmas especialmente destinadas a essa faixa etária.

Grande parte dos alunos que frequentam esses programas, incluindo os adolescentes, trabalham. Na expectativa de melhorar de vida, se sacrificam depois de um dia de trabalho exaustivo se dispõem a estudar nos cursos noturnos na esperança de concluir o Ensino fundamental, e até mesmo a outros graus de ensino e a habilitações profissionais.

As imposições educativas da sociedade contemporânea estão aumentando em relação a vida das pessoas: à participação social e política, o trabalho, à família e a comunidade, ao lazer e a cultura.

### **3.2 A dimensão econômica**

Atualmente, o mundo está passando por transformações em decorrência das tecnologias modificando assim, as formas de trabalho. Com o aparecimento das novas tecnologias estão sendo desenvolvidas novas maneiras de organizar a produção aumentando sua produtividade, inserindo de forma competitiva na produção nacional na economia mundial. O sistema organizacional dessas novas tecnologias necessitam de trabalhadores dinâmicos, com capacidade de desenvolver todo o trabalho com autonomia e iniciativas para resolver problemas envolvendo a equipe. A comunicação, e a reciclagem é fundamental como também o fato de relacionar informações diversas.

Por outro lado, o avanço tecnológico diminui os locais de trabalho e uma competição maior por um emprego. A disponibilidade dos empregos passam a exigir dos candidatos níveis mais altos de formação. O mercado informal, microempresas, são alternativas que muitas pessoas buscam para se inserir na economia. Mesmo essas formas de alternativas precisam também da capacidade de iniciativa, autonomia, da comunicação e constante reciclagem.



No entanto, podemos afirmar que hoje uma formação geral é uma exigência do mercado de trabalho.

Esses avanços tecnológicos já foram absorvidos por diversos setores de ponta tanto da indústria como de serviços, aqui no Brasil. No entanto, essas inovações estão sempre em manutenção nas suas formas de trabalho tradicionais, utilizam tecnologias antigas e mais da metade trabalham nas funções que não exigem muita qualificação. Os alunos de programas de jovens e adultos das zonas urbanas geralmente trabalham na indústria, comércio ou de serviços quase sem qualificação, e outra parte atua no mercado informal. Enquanto que nas zonas rurais, trabalham em empresas agrícolas ou são pequenos produtores. Nesses casos, essas funções necessariamente não requer tanto da leitura e da escrita, precisa só dos conhecimentos específicos da área que pode ser absorvido por familiares ou amigos com experiências.

No aspecto econômico, são muitos os problemas que o Brasil precisa enfrentar: aumento da produção para suprir as carências materiais de grande parte da população, dividir a riqueza mais igualitária e se prevenir para que uma exploração prejudicial acabe com os recursos materiais disponíveis. Para que essas metas sejam atingidas é necessário elevar o nível de educação de todo o país. Muitos argumentos nesse sentido, são apontados, temos como exemplo países asiáticos que conseguiram desenvolver economicamente fazendo um grande investimento na educação. Trabalhadores que tem uma formação mais completa, iniciativa própria, capacidade de resolver problemas e aprendizagem contínua, desenvolve seu trabalho com eficiência e negocia sua participação nas divisões das riquezas que foram produzidas.

### **3.3 A dimensão política**

É possível nos diversos setores da sociedade, negociação coletiva de seus interesses de forma democrática. Esse ideal da democracia na história da civilização moderna, contempla uma educação básica universal. Pretende-se com ela tornar seguro a identidade de uma nação construindo formas de todos participarem como cidadãos definindo seus destinos. Fazer política numa sociedade complexa como a nossa, é necessário que a pessoa adquira uma

grande quantidade de informações imaginando nos problemas que ultrapassam suas vivências exigindo o domínio da cultura letrada. Outra exigência dentro do regime político democrático é de que as pessoas adquiram valores e atitudes democráticas: ter consciência dos seus direitos e deveres, disposição para participar do debate de ideias, admitindo posições diferentes das suas.

As instituições democráticas do Brasil nesta última década, vem sendo reconstruído e a educação dentro desse processo tem um papel a cumprir tornando sólido a democracia desse país. Grande quantidade de pessoas não adquire informações suficientes para que de forma consciente faça sua opção política. Sem contar, que o desafio a educação marcaram a nossa história nesses longos anos de autoritarismo desenvolvendo atitudes e valores democráticos. É necessário pensar que a democracia não acaba na eleição de representantes para os poderes Executivo e Legislativo, ela envolve possibilidades de maior participação e responsabilidade nas dimensões da vida pública.

### **3.4 A dimensão cultural**

Estamos aqui com as exigências educacionais própria do dia a dia que se impõe crescentemente. Para adquirir grandes benefícios da sociedade moderna, é necessário dominar os instrumentos da cultura letrada: andar nas grandes cidades ou de um lugar para outro, tirar documentos ou fazer vários procedimentos burocráticos, mover-se no mercado de consumo, e pra finalizar, aproveitar de várias maneiras o lazer e a cultura. As exigências educacionais acontecem mesmo no seu convívio familiar. Nesse mundo atual das comunicações e transformações, educar crianças é preciso que os pais estejam atualizados e preparados para apoiar seus filhos no seu percurso escolar como também cuidar de sua saúde, etc. Até o planejamento familiar que determina a quantidade de filhos que se possa criá-los necessita da informação, no que se refere a valores e tomada de atitudes são atribuições adquiridas na educação. Dessa forma, promover a educação de jovens e adultos dando oportunidade de superar o que não tiveram na infância garante melhores condições educativas para as futuras gerações. O desafio de

melhorar o nível de educação de um país é muito grande e complexo, e ainda exige esforço em todos os níveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos é relacioná-la diretamente à forma como a sociedade está estruturada. Os cursos de alfabetização de adultos existem, exatamente, pela falta objetiva de oportunidades educacionais que garantam as crianças o acesso à escola, como também à sua permanência, já que os altos índices de evasão e repetência estão presentes nas estatísticas sociais.

Sendo assim, a efetivação das políticas de EJA caberá ao compromisso dos diretores das escolas municipais e estaduais, que deverão contar também com o apoio e o esforço da sociedade através dos movimentos organizados a favor da efetivação do direito à educação a todos os que, por motivos vários, foram desprezados desse direito que lhe é cedido de cidadania.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BEISIEGEL, Celso de Rui, (1974). **Estado e educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1984. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF**. História da Educação no Brasil: Período do Regime Militar. *Pedagogia em Foco*. Vitória, 1993. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>. Acesso em 06/08/2010.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRAFF, Harvey J. *The Labirinths of literacy*. Reflrctions on Literacy Past and Present. Londres: the Falmer Press, 1968.

\_\_\_\_\_. **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

LEWIN, Helena. **O adulto analfabeto na América Latina**. In GARCIA, Pedro. (org) Alfabetização de adultos na América Latina. Petrópolis: editora Vozes em co-edição com a Nova – Pesquisa e Assessoria em Educação. Cadernos de Educação Popular nº17. 1990.

NOVO, Elizabeth Almeida Puchalski. **Os processos Sociais e a Alfabetização**. Teoria da Educação nº 2 Porto Alegre 1990.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 2 ed. São Paulo:Loyola, 1983.*Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.*

SOARES, Leôncio José Gomes. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos**. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: *Educação de Jovens e Adultos: novosleitores, novas leituras*. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 271-272. Também em RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo/Brasília, 1997, p. 33.

STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 273.

TORRES, Rosa Maria. (1992). *Educación para todos: La propuesta, la respuesta (1990-1999)*. Buenos Aires (apresentada no Painel Nueve años despues de Jomtien, Conferência Anual da Sociedade Internacional de Educação Comparada, Toronto, 14-18 de abril, 1999).